

Quando o território não se reconhece: Leitura multiescalar da paisagem do Cursino em São Paulo

SESSÃO TEMÁTICA: ET4 | DIMENSÃO HISTÓRICA E PATRIMONIAL DO PROJETO, DO
PLANEJAMENTO E DA GESTÃO DA PAISAGEM

Jeferson Jesus dos Santos
Universidade Presbiteriana Mackenzie
E-mail: js.jeffjesus@gmail.com

RESUMO

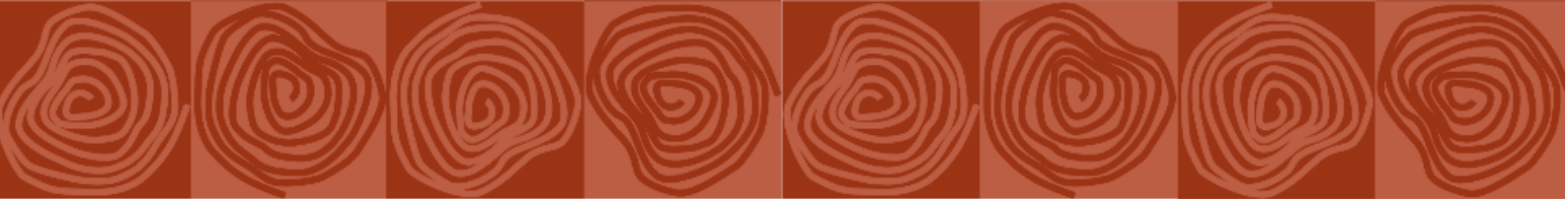
A pesquisa tem como tema o território do Cursino, distrito situado na parte sudoeste da cidade de São Paulo, pertencente à subprefeitura do Ipiranga, cujo objetivo é compreender as causas, processos e conflitos relacionados ao seu não reconhecimento como bairro por moradores e frequentadores. Resulta do processo investigativo desenvolvido em três operações, distintas e complementares, que tratam de compreender os processos históricos e evolutivos, transformações e permanências urbanas. Os estudos centrados na morfologia urbana da paisagem, por meio das análises multiescalares, foi o fio condutor para responder às questões do reconhecimento do território. Na leitura do território consideraram-se os valores históricos e identitários da paisagem, direcionando, assim, as três escalas principais da pesquisa: (1) a leitura da bacia hidrográfica do córrego Ipiranga, como forma de analisar esse território integrada em relação às discussões de paisagem cultural; (2) a leitura do distrito, que, por meio da análise crítica, possibilitou a discussão a respeito das divisões político administrativas na cidade; e, (3) o estudo a partir da investigação da memória e identidade de um recorte de bairro, a fim de entender as relações tangíveis e intangíveis na sua identificação como lugar frente ao processo de transformação da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Cursino; Paisagem; Multiescalaridade urbana; Morfologia urbana.

ABSTRACT

This paper focuses on the territory of Cursino, a district located in the southwestern part of the city of São Paulo and belonging to the Ipiranga subprefecture. The main objective of this project is to understand the causes, processes, and conflicts related to its lack of recognition as a neighborhood by residents and users. The study results from an investigative process developed through three distinct and complementary operations, aimed at understanding historical and evolutionary processes, as well as urban transformations and continuities. Studies centered on the urban morphology of the landscape, through multiscalar analysis, constituted the guiding thread for addressing the issues related to territorial recognition. In the reading of the territory, the historical and identity values of the landscape were taken into account, thus guiding the three main scales of the research: (1) the analysis of the Ipiranga watershed is based on an integrated examination of the territory within the framework of cultural landscape studies; (2) the analysis of the district, which, through critical examination, enabled a discussion on the political-administrative divisions of the city; and (3) the study based on the investigation of memory and identity within a selected neighborhood area, in order to understand the tangible and intangible relationships involved in its identification as a place in the face of the city's transformation process.

KEYWORDS: Cursino; Landscape; Urban multi-scale; Urban morphology.



1 INTRODUÇÃO

A paisagem urbana do bairro do Cursino, na cidade de São Paulo, tem passado por transformações significativas que evidenciam a crescente desarticulação em seu território. O córrego do Ipiranga, elemento estruturador da paisagem, permanece hoje quase invisível no tecido urbano, apesar de seus impactos ecológicos e sociais serem amplamente experimentados por aqueles que transitam pela região. Essa invisibilidade evidencia processos históricos de urbanização que desconsideravam os sistemas naturais como componentes fundamentais do desenho da cidade.

A experiência do caminhar revela, de forma particularmente clara, as fragilidades resultantes da ausência de um olhar integrado para Paisagem, seja proveniente dos impactos de seu planejamento, projeto ou gestão. Terrenos vacantes, vias configuradas como corredores murados e tipologias edificadas que pouco dialogam com o contexto local produzem rupturas espaciais e contribuem para a perda gradual da identidade paisagística do Cursino, que por sua vez demonstra certa fragilidade enquanto reconhecimento territorial. Esses elementos, quando analisados à luz das abordagens de cidades resilientes, apontam para a insuficiente valorização das dinâmicas ecológicas, das continuidades visuais e das relações afetivas que estruturam o sentido de lugar.

Assim se constrói este artigo, a partir de indagações centradas no questionamento da própria existência do Cursino enquanto bairro. A busca de material sobre o recorte territorial do Cursino reforçou a necessidade de estabelecer uma leitura investigativa, uma vez que as atribuições sobre a região tendem a ser lidas como pertencente à outras centralidades em seu entorno – por exemplo, como parte do bairro do Ipiranga ou Vila Mariana. Deste modo, estabeleceu-se três recortes como instrumento de análise, desenvolvidos em dois momentos: primeiro, entendendo o Cursino no território, a partir da bacia hidrográfica do córrego Ipiranga e a análise da unidade distrital, reconhecida como unidade administrativa oficial do território; segundo a compreensão do território do Cursino, aproximando-nos de suas compartimentações intradistritais na escala local, os bairros. Essas leituras também coexistem, lado a lado, sem o propósito da constatação de verdades absolutas ou da reconstrução do passado, mas buscando identificar mais de uma forma de compreensão desse passado.

O percurso analítico foi resultado das análises dos conceitos relacionados à consolidação do território e do panorama das divisões administrativas da cidade, o qual não estabelece referências satisfatórias, nem para o poder público, que encontra dificuldade em sua articulação, e nem para a população, que encontra dificuldade em reconhecer e identificar o território.

Figura 1: Mapas de localização da área de estudo; em verde a bacia hidrográfica do córrego Ipiranga; em vermelho o distrito do Cursino, e à direita o recorte de bairro analisado.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

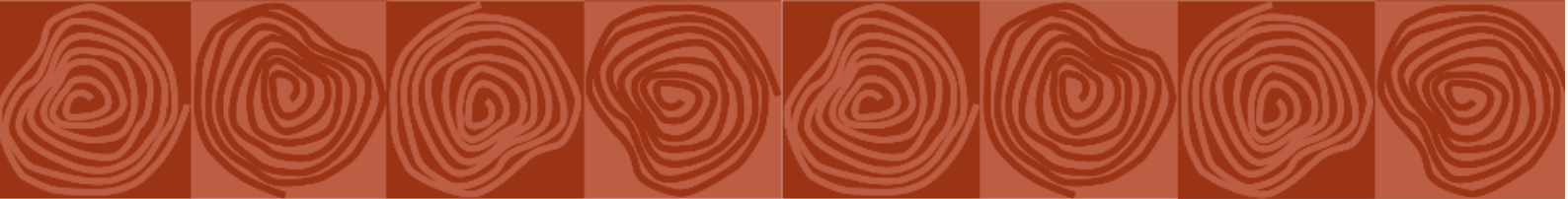
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Cazzolato (2005) propõe em seu estudo, o bairro como unidade reconhecida oficialmente, já que essa divisão seria capaz de articular o território a partir das relações locais estabelecidas pelos moradores. Esse entendimento da identidade do bairro inverte os processos atuais na compartimentação da cidade, já que as divisões seriam vistas do micro para o macro, e não ao contrário. Seus estudos dos recortes intradistritais possibilitam uma nova maneira de direcionar os estudos do território, considerando seus elementos tangíveis, articulações sociais e unidade passível de gestão da cidade. Assim um recorte possível de bairro no distrito do Cursino será analisado, a partir dos elementos morfológicos e identitários, como forma de entender suas relações com as partes que o integram.

Nesse contexto, o presente estudo orienta-se pelo conceito de multiescalaridade urbana proposto por Soler e Santos (2019), que destaca a necessidade de compreender a cidade a partir da sobreposição e da interação entre diferentes escalas, do elemento arquitetônico ao território metropolitano. Tal abordagem possibilita uma leitura integrada dos processos urbanos contemporâneos, nos quais dinâmicas locais, regionais e globais se articulam de modo simultâneo, configurando formas específicas de produção do espaço e de transformação da paisagem.

A partir dessa perspectiva multiescalar, torna-se fundamental retomar o conceito de paisagem enquanto categoria analítica capaz de revelar as relações entre o ser humano e o meio. Embora, no final do século XIX e início do XX, a paisagem urbana tenha sido frequentemente concebida em oposição ao ambiente natural, entendido como aquele não transformado pela ação humana (SANTANA, 2019), tal dicotomia foi superada no âmbito da Nova Geografia Cultural. A partir das contribuições de Carl Sauer (1998; SANTANA, 2019), a paisagem passa a ser compreendida como resultado da interação entre elementos materiais, dinâmicas naturais, práticas sociais e valores simbólicos. Nessa perspectiva:

A paisagem cultural é entendida, assim, sempre como conjunto espacial composto de elementos materiais construídos associados a determinadas morfologias e dinâmicas



naturais, formas estas que se vinculam a conteúdos e significados dados socialmente (Scifoni, 2016, s.p.).

A criação das subprefeituras, por exemplo, com objetivo de gerar canais diretos entre o governo e os bairros, apresenta problemas de gestão, que, por sua vez, reflete na leitura do território e as ligações com áreas consolidadas da cidade. Ao investigar o território do Cursino e relacionar com o conceito de paisagem urbana, podemos aferir que são os elementos morfológicos naturais que servem de limite espacial – córrego do Ipiranga –, separando, assim, o que seria a subprefeitura do Ipiranga, a oeste, e a da Vila Mariana, a leste, ressaltando o distanciamento das águas com o tecido urbano da cidade.

A problemática do atual desenho das políticas urbanas brasileiras, vinculada às divisões administrativas, omite a complexidade da dimensão urbana e seus processos sociais. Por isso, pensar e articular o território juntamente com as divisões administrativas é tão desafiador quanto necessário.

Assim, estruturamos a análise na escala que mais corresponde a leitura integral da paisagem, como se afirma no relatório UrbanSus de Sustentabilidade Urbana (2019, p.03), desenvolvido pelo Instituto de Estudos Avançados da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, “a unidade de planejamento da gestão de recursos hídricos, salvo exceções, é a bacia hidrográfica, que, na maioria das vezes, não corresponde aos recortes territoriais dos municípios, tampouco aos recortes políticos do estado”.

Essa escolha ditou a dimensão de estudo desta pesquisa, já que as leituras variam ora aos elementos da paisagem que extrapolam a unidade do distrito, ora na leitura das unidades locais, intradistritais, o bairro.

Por se tratar de uma pesquisa em um recorte ainda pouco estudado – o território do Cursino –, procedeu-se à sobreposição das camadas de informações disponibilizadas pela análise empírica, bem como a análise de referências formais: trabalhos acadêmicos, artigos científicos, livros, produções cartográficas e iconográficas, a partir de leitura crítica, a fim de construir uma narrativa possível para as dinâmicas da região; e referências informais: memória viva por meio de depoimentos e entrevistas. Esses procedimentos analíticos foram trabalhados concomitantemente aos estudos de morfologia urbana de um recorte do bairro, reconhecendo sua identidade, que persiste por meio de permanências urbanas mesmo em face ao processo de transformação, como as edificações residenciais, entendidas como elementos primários na formação da identidade do lugar (ROSSI, 2011).

3 O CURSINO NO TERRITÓRIO: CONFLITOS E OPORTUNIDADES

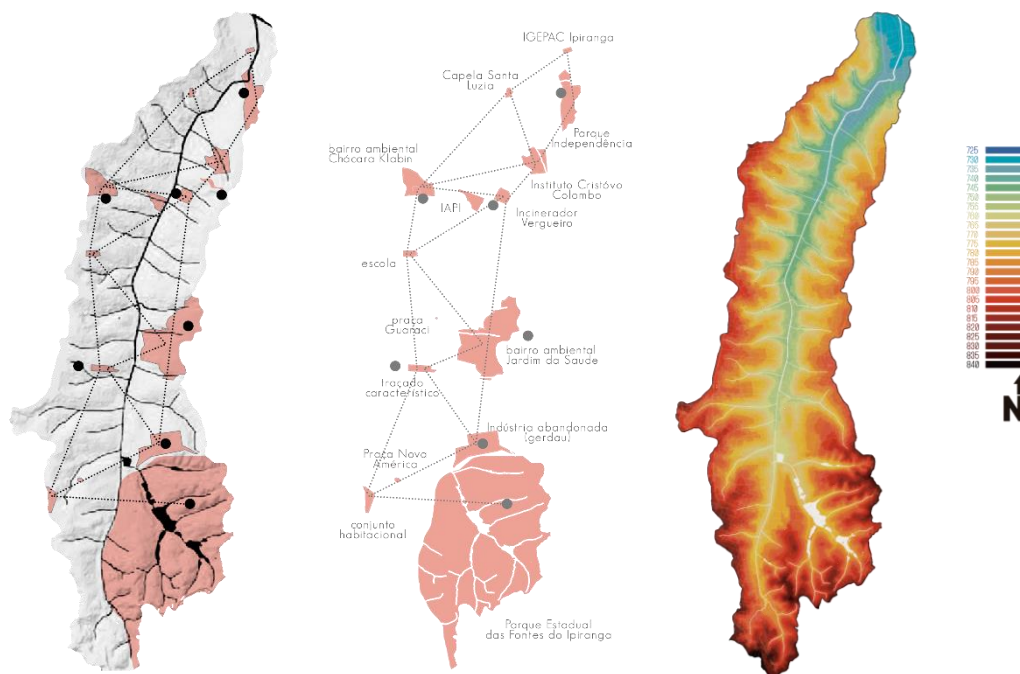
A análise iniciou-se a partir da leitura do território a partir da concepção de paisagem, ao aferir as relações antrópicas no meio urbano, considerando sua morfologia, processos de formação e problemática ambiental da bacia hidrográfica do córrego Ipiranga. Iniciar nesta escala foi essencial a fim de localizar o Cursino no território, já que todo o lado leste da bacia é formado pelo distrito de mesmo nome. Em uma breve análise das áreas à margem do córrego Ipiranga, é possível entender o porquê é alvo recorrente de catástrofes hídricas, impulsionado fortemente pela impermeabilização de sua margem para implantação das vias no fundo de fundo de vale. As enchentes aparecem como um problema essencialmente urbano e com potencial esclarecedor das contradições do processo de produção do espaço urbano na área da bacia hidrográfica.

Obras de construção de reservatórios a montante da bacia foram realizadas, criando piscinões, para amortecer problemas relacionados à macrodrenagem. Cabe ressaltar que esse tipo de solução vem para tentar remediar, não prevenir, o problema de escoamento pluvial. Isso é agravado pela situação em que se encontra às margens, sufocada pelo sistema viário. Essa realidade contribui para a degradação hídrica, já que a ausência de mata ciliar leva toda a carga de lavagem superficial direto para o curso d'água, problemática está, muito presente em outras regiões da cidade de São Paulo.

Arelado à análise histórica da área constituinte da bacia hidrográfica do córrego do Ipiranga, desenvolveu-se a leitura de seus processos a partir da delimitação dos marcos da paisagem, de significativa carga complexa e simbólica. Ao longo deste sobrevoo, iniciado no ponto mais alto da topografia com o Parque Estadual das Fontes do Ipiranga, até seu ponto mais baixo sob a paisagem do Parque da Independência, foi possível determinar importantes elementos, do ponto de vista histórico, identitário e morfológico, para a concepção desse mapa.

Guiando a leitura do sul em direção ao norte, passamos pelo Parque Estadual das Fontes do Ipiranga, responsável por abrigar as nascentes do córrego Ipiranga e o maior fragmento de Mata Atlântica inserido na área urbana da Região Metropolitana de São Paulo (FREITAS; FRANCO, 2019), reforçando assim sua importância para o equilíbrio climático e para a qualidade do ar dos bairros em seu entorno. O PEFI foi criado em 1893 em um cenário de desapropriação para proteção das áreas de mananciais, tendo em vista que o objetivo inicial de preservação estava atrelado à uma visão utilitarista da captação das águas.

Figura 2 e 3: Mapas de marcos urbanos a esquerda e hipsometria da bacia hidrográfica do córrego Ipiranga a direita.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da PMSP, 2020.

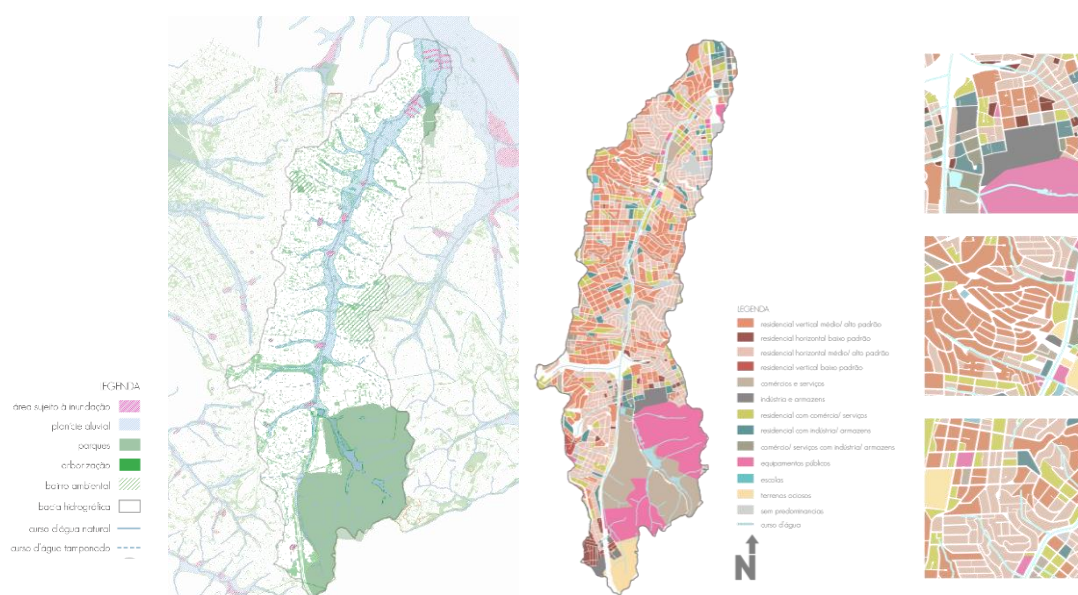
Salientamos a existência de um importante conjunto industrial remanescente nas proximidades da Água Funda, com a siderúrgica J. L. Aliperti, GERDAU Brasil, produtora de aço e alguns outros galpões de menor porte.

Devido ao seu valor urbanístico e histórico, consideramos o Jardim da Saúde, tombado por suas características de bairro jardim, com importantes elementos estruturadores da paisagem, devido à sua morfologia: traçado, áreas verdes e homogeneidade edificada. E com esse mesmo objetivo, consideramos os loteamentos que integram o bairro da Chácara Klabin que procede a favela da Vergueiro, próximo à avenida Domingos de Moraes. A favela da Vergueiro existiu à oeste da margem do córrego Ipiranga entre os anos de 1949 e 1969, foi uma das primeiras favelas paulistas e importante marco na constituição do capitalismo no Brasil no período desenvolvimentista (LARA, 2012). Além de ter sido palco de intensos conflitos na disputa pela terra e interesses comerciais, associado à importância de sua consolidação na área de análise em questão.

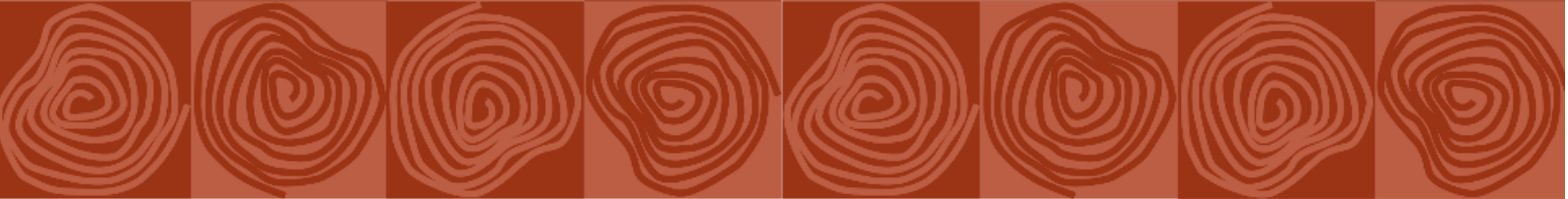
Em relação aos usos residenciais e suas características arquitetônicas, que se tornaram identidade e marco na paisagem, consideramos o conjunto Habitacional Santa Cruz construído pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB) 1946-1950 e que atualmente se encontra em processo de tombamento pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (BONDUKI, 2014). A oeste, a presença do conjunto habitacional próximo à estação Jabaquara da linha 1-azul do metrô, devido à sua implantação e características arquitetônicas de assentamento horizontal, formando um conjunto com praça, ruas internas, escola municipal de ensino fundamental, quadra poliesportiva e 29 edifícios residenciais.

Sobre as características ambientais, percebeu-se que o território possui expressiva cobertura vegetal. É possível notar a concentração de área verde na zona sudoeste e noroeste, com o PEPI e Parque da Independência, além dos bairros jardins da Saúde e da antiga Chácara Klabin, que apresentam características significativas do ponto de vista arquitetônico e paisagístico. Reforçamos a leitura ambiental neste mapa com a marcação da planície aluvial, como apontado anteriormente, com a marcação das áreas propícias ao fenômeno das enchentes urbanas, além da marcação dos pontos de enchentes recorrentes da bacia hidrográfica.

Figura 4 e 5: Mapas de infraestrutura verde e azul à esquerda e uso predominantes do solo a partir das quadras da bacia hidrográfica do córrego do Ipiranga.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da PMSP, 2020.



A formação espacial das áreas lindeiras do córrego Ipiranga, marcadas por vazios e usos industriais ligados ao setor automobilístico, aparece de leste a oeste. No entanto, ao afastar-se das margens, os bairros interagem de forma contrastante na paisagem. As quadras com ocupação horizontal e uso residencial unifamiliar ocorrem em ambos os lados do córrego, indicando que, apesar do papel de barreira imposto hoje pela via, suas formas de produção espacial tiveram origem comum. Isso sugere que a construção da via intensificou a atual sensação de fragmentação territorial.

Com isso, podemos entender melhor o porquê das áreas ao longo das margens do córrego Ipiranga serem apropriadas em caráter de passagem e não de centralidade. Este fenômeno é reforçado a partir dos espaços vacantes, lidos como transitórios; usos não atrativos para pedestres, juntamente com falta de passeio público qualificado e áreas de permanência. Além da questão da escala, devido ao excesso de vias, causam distanciamento e dificultam a ligação entre os dois lados das margens, principalmente para quem almeja fazer esse percurso a pé.

Com isso, fica claro um certo padrão no sentido de ocupação morfológica dos bairros que constituem a paisagem urbana da bacia hidrográfica do córrego Ipiranga. Seus variados processos de formação, tipologias, relações espaciais e identitárias, contribuem para um território ao mesmo tempo rico em urbanidade, fragmentado e esquecido.

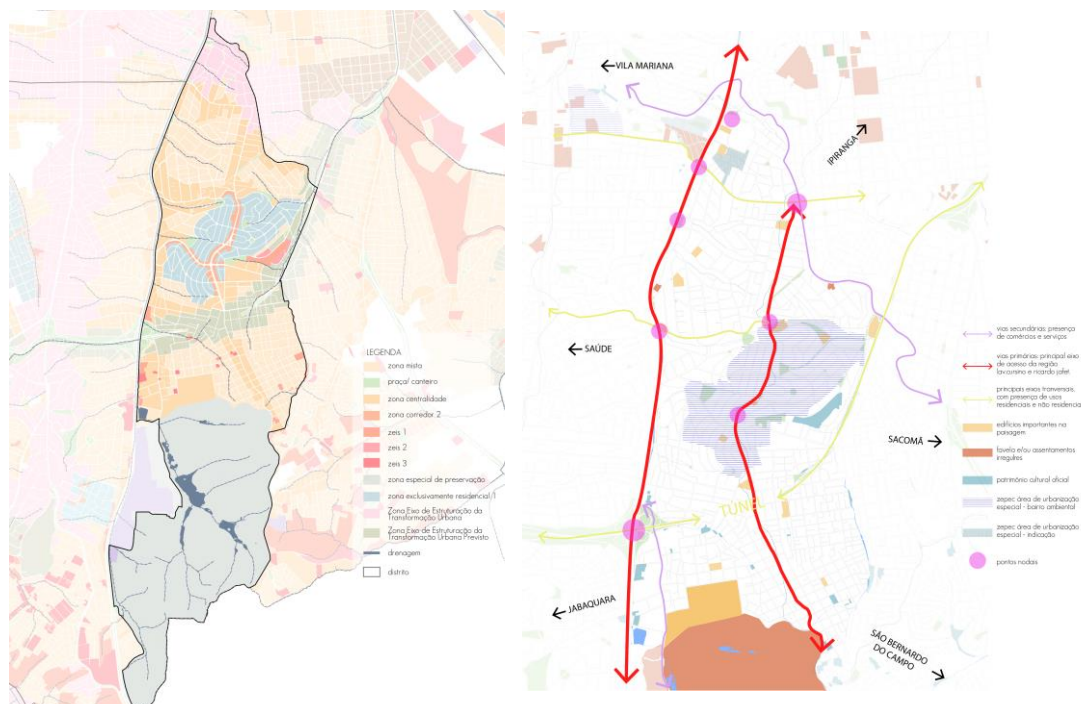
A leitura a partir do menor elemento reconhecido como ferramenta de planejamento e gestão territorial, neste caso delimitado sob o Distrito, influencia diretamente a forma como moradores e frequentadores se identificam com a região. O Distrito do Cursino historicamente possuía um certo padrão de ocupação e tipologia edificada, que resultou nos núcleos de bairros mais antigos desta região. No entanto, nos últimos anos, com o processo de transformação apoiado nas mudanças do zoneamento, que acarretou em transformações na paisagem e, portanto, nas características de uso e ocupação do solo. O zoneamento do Distrito é facilmente entendido a partir das principais vias de mobilidade da região. A avenida do Cursino, rua Santa Cruz, avenida Bosque da Saúde, Avenida Miguel Estéfano e as vias junto ao eixo do córrego Ipiranga – Ricardo Jafet e Abraão de Moraes –, devido à presença de serviços e comércios, possuem os lotes lindeiros pertencentes à Zona de Centralidade. Segundo a Lei 16.402 de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS), atualizada em 2016, estas áreas fomentam principalmente usos não residenciais e de manutenção de atividades comerciais e de serviços.

É interessante observar como o zoneamento se articula ao uso e ocupação do solo, como podemos aferir nos mapas apresentados. O zoneamento é de fato o condutor das transformações do território, desde mudanças bem sucedidas e que contribuem para melhoria da cidade, até mudanças indutoras de melhoria em prol de uma parcela específica da população. Percebe-se que o uso se mantém majoritariamente residencial em grande parte do bairro, porém, sua tipologia já não é mais horizontal como suas primeiras ocupações, e sim uma tipologia verticalizada de médio/ alto padrão, com grandes empreendimentos monofuncionais com muros altos, que se contrapõe na paisagem com a tipologia horizontal de um ou dois pavimentos que ainda permanecem no território. A dita preservação da morfologia está atrelada às características de usos e não a forma como ela acontece.

Notamos que a parte sul do Distrito do Cursino possui maior diversidade de uso, desde comércios e serviços, junto ao eixo da avenida do Cursino e Miguel Estéfano, e indústria e armazéns junto ao Parque do Estado, na Vila Água Funda. A Gleba da atual Gerdau é bastante significativa quanto à sua dimensão, com remanescentes industriais

parcialmente ociosos, que servem de marcos urbanos na paisagem e como referência no território. Já ao limite sudeste do Distrito, na Vila Moraes, percebe-se a presença do padrão de ocupação residencial horizontal de baixo padrão, diferente da região mais ao norte, que possui ocupação majoritariamente de médio/alto padrão. Essa análise reforça, então, que parte da população menos abastada, se localiza no recorte em que há menos opções de transporte público coletivo, portanto, mais afastada dos eixos de centralidade e de mobilidade, como a estação do metrô.

Figura 6 e 7: Mapa de zoneamento e uso do solo do Distrito do Cursino a esquerda e análise do Distrito a partir da metodologia de Lynch (2011) a direita.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da PMSP, 2023.

Ao analisar a topografia do Distrito do Cursino, conseguimos compreender mais claramente como o tecido urbano foi articulado considerando as condicionantes de seu relevo. A linha de divisão das bacias hidrográficas é onde se encontra a avenida do Cursino, principal via da região, reforçando como a implantação foi pensada de modo a diminuir a declividade em sua extensão. Os córregos transversais, atualmente tamponados, exercem a função de drenagem e acarreta na forma geomorfológica, já que os cursos d'água procuram a área de maior declividade, ou seja, perpendicular a curva de nível, como podemos ver no mapa. O posicionamento dos lotes foi pensado em função da declividade da área:

Em terrenos com forte declividade, o posicionamento dos lotes em relação às ruas é fundamental para a economia da construção. A localização das mesmas deve seguir um critério que facilite a implantação no terreno. Do mesmo modo, a implantação dos lotes nas quadras, com o mesmo critério, deveria facilitar a construção dos edifícios (Mascaró, 2003, p.117).

4 O TERRITÓRIO DO CURSINO: UMA LEITURA POSSÍVEL

Após estabelecer a leitura do território a partir da bacia hidrográfica, com o elemento geológico capaz de abarcar elementos naturais e construídos; passando pela leitura da unidade distrital, elemento este de reconhecimento oficial de compartimentações político-administrativas na cidade; chega-se à leitura na escala do bairro, entendendo suas dinâmicas na escala local e sua forma urbana.

Vários autores já apresentaram definições para o significado do bairro, não só a partir de sua carga etimológica, mas no que tange ao entendimento do espaço e sua análise conceitual. Até então, a leitura do território foi feita a partir de parâmetros físico-materiais, seja na bacia hidrográfica – elemento geológico estruturador do espaço –, ou do distrito – menor unidade territorial reconhecida oficialmente como território:

O bairro revela, antes de tudo, uma forma física, um pedaço urbano que cresce segundo tais eixos ou tais direções, e um determinado tamanho, seu traçado segue uma lógica espaço-social. Ou seja, o bairro é uma unidade morfológica espacial e morfológica social ao mesmo tempo (Barros, 2004, p.59).

Mesmo que o recorte de bairro não seja utilizado como instrumento oficial nas divisões político-administrativas, possuem um limite, história social e uma identidade capaz de dialogar intimamente com os usuários da cidade. Essa interação contribui para apropriação do senso de pertencimento do lugar “[...] O bairro é uma unidade sociológica relativa, subordinada, que não define realidade social, mas que é necessário. Sem bairro, igual sem ruas, pode haver aglomerações, tecido urbano, megalópole. Mas não há cidade”. (Lefebvre, 1971, p.201).

Para isso consideramos alguns parâmetros, que serão os guias dos critérios adotados para a delimitação do recorte. Cazzolato (2005) propõe uma metodologia para identificação e delimitação de bairros do município de São Paulo, mas que, a priori, poderia ser adaptado para outras cidades brasileiras. O autor propõe um olhar sobre os elementos estruturadores da paisagem urbana, portanto, os elementos naturais – hidrografia, topografia – e antrópicos – sistema viário, equipamentos, edifícios – para identificar elementos mais favoráveis para a compartimentação do território. Seguido pela identificação toponímica e posterior identificação do conjunto de lugares, loteamentos e equipamentos notáveis. Por fim, foi considerado os aspectos de realidade presentes no lugar a partir da visão dos frequentadores e moradores do bairro.

Aferiu-se no processo de entrevista que há uma certa dificuldade na identificação e, sobretudo, na apropriação do espaço, por parte dos moradores do Cursino; que muitas vezes não se identificam como moradores deste território, quando são questionados onde moram:

Quando me perguntam, eu sempre respondo que moro no Ipiranga. Não sabia que aqui era Cursino, sempre falo Cursino lá pra trás, perto do zoológico sabe? (Morador do Cursino, 55 anos).

-

Entrevistada: Eu moro na Vila Mariana, sempre falo que aqui é Vila Mariana.

Pesquisador: Você sabia que, oficialmente, aqui é parte do distrito do Cursino?

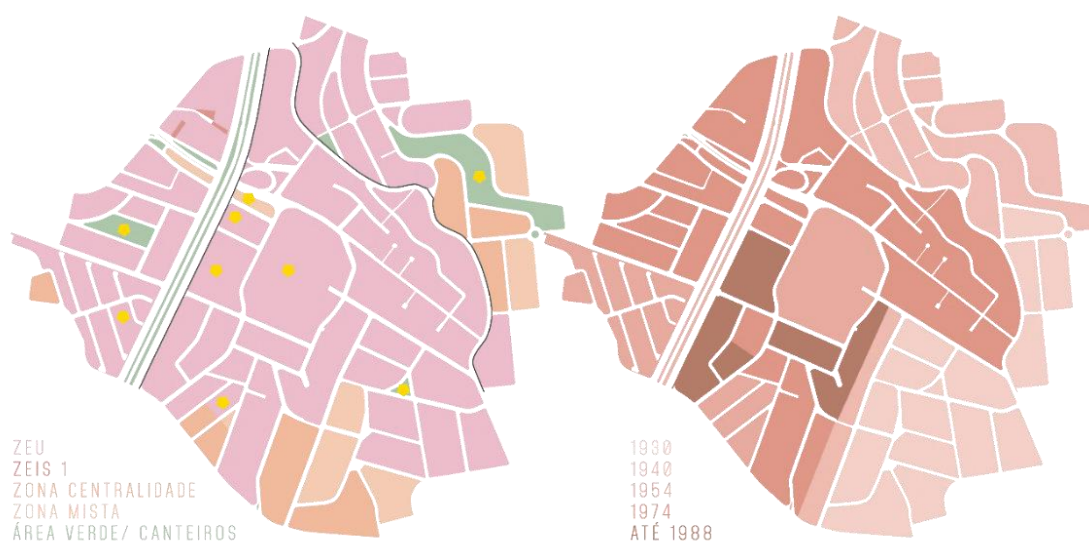
Entrevistada: Não sabia! Já ouvi pessoas falando que moram no Ipiranga, até uso Ipiranga às vezes pra explicar pra pessoas que não conhecem aqui. Cursino pra mim é a avenida ali de cima, lembro da época que era toda de terra, quando chovia era muito lama... (Moradora do Cursino, 67 anos).

-

Quando falo que moro na Vila Gumerindo algumas pessoas não conseguem se localizar, aí eu falo que fica do lado da saúde, perto da Bosque (avenida), aí as pessoas entendem melhor (Moradora do Cursino, 21 anos).

A partir das considerações do cenário atual de intensa transformação na cidade, e sobretudo no distrito do Cursino, optou-se em estudar o recorte que tem sido alvo dessas transformações, influenciado pelas mudanças de zoneamento. Assim, o bairro da Vila Firmiano Pinto se apresenta como um importante instrumento de análise, já que é palco de conflitos entre aqueles que querem permanecer na região e daqueles que anseiam transformar a mesma. A vinda da estação Santos-Imigrantes da linha 2-verde do metrô foi o responsável pelas mudanças do zoneamento, que nos últimos anos tem engajado intensas mudanças na produção do espaço.

Figura 8 e 9: Mapas de zoneamento a esquerda e período de ocupação da área delimitada de estudo a esquerda.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Outro fator que induziu na escolha do recorte foi a presença de parte do bairro apresentar suas primeiras ocupações desde os primeiros anos do século XX, segundo o material cartográfico utilizado. Assim, com a presença de elementos que permaneceram e transformam essa paisagem, foi possível o desenvolvimento de um material rico a partir de suas historicidades, como a favela da Vergueiro; o Conjunto Residencial Santa Cruz, antigo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB); a Indústria da Arno, antiga tecelagem Haddad; o Incinerador Vergueiro; e a estação do metrô Santos Imigrantes.

Utilizando o perímetro definido pelo cadastro do Correio, nomeada de Firmiano Pinto, possui aproximadamente uma área de 0,67km², que segundo a metodologia apresentada por Cazzolato (2005), está dentro da margem padrão como unidade de bairro. Esse limite

é estabelecido pela avenida Santa Cruz, rua Vergueiro, rua Embuaçu e avenida Ricardo Jafet; que também serve como evidência de bairros entendidos além dos limites territoriais oficiais, onde neste caso, a margem leste pertence ao distrito do Cursino e Ipiranga, da Subprefeitura do Ipiranga; e a margem oeste pertence ao distrito da Vila Mariana, da Subprefeitura do mesmo nome.

A delimitação do perímetro se apresenta de maneira clara, já que os elementos limítrofes são vias de grande circulação com comércios e serviços, conjunto habitacional de baixo gabarito e presença de vegetação, além do padrão majoritariamente residencial em quadras com gabarito de um, dois e três pavimentos. A percepção da cidade envolve elementos tangíveis e intangíveis, mas, neste caso, serão os elementos físicos que foram tratados aqui. Em sua análise, Lynch (2011) classifica cinco elementos que são essenciais para o entendimento da imagem da cidade: vias, limites, bairros, pontos nodais e marcos. Elementos esses, que foram utilizados como ferramentas de análise do recorte estabelecido.

Figura 10: Mapa com leitura de um recorte de bairro com vias principais (vermelho), vias secundárias (laranja), praças e áreas verdes (em verde), edifícios importantes na paisagem (amarelo), a partir da metodologia de Lynch (2011).



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Figura 11: Foto aérea com a marcação dos lançamentos imobiliários, em verde as transformações anteriores aos anos 2000, em amarelo entre 2000 e 2010 e em vermelho de 2010 até 2020.



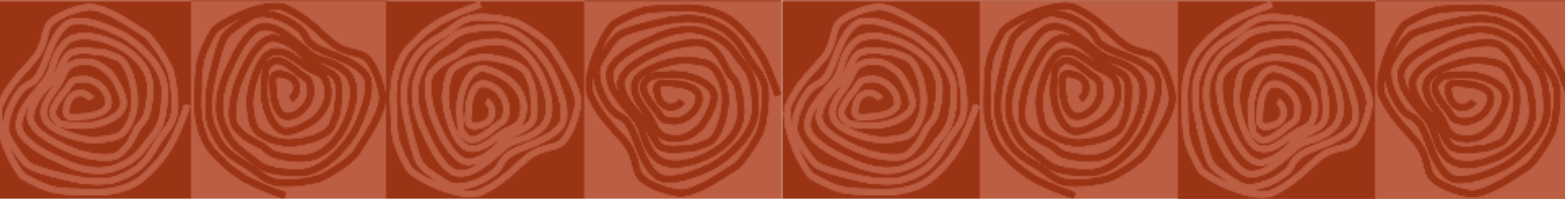
Fonte: Elaborado pelo autor com base em foto aérea do Google Earth, 2021.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dimensão temporal coloca em debate as discussões a respeito do ciclo de vida um bairro, já que o intenso incentivo à transformação a partir das políticas urbanas, têm acarretado em um modelo de implantação cada vez mais impositivo, que frequentemente contribui para descaracterização da paisagem como são social e historicamente reconhecidos. O estudo aqui desenvolvido, ao lançar diferentes olhares sobre o território do Cursino, enquanto paisagem urbana, distrito e bairro, evidencia que esse processo não constitui um caso isolado, mas integra uma lógica mais ampla de transformação acelerada que tem se manifestado em diversas áreas da cidade de São Paulo.

A pesquisa não tem como pretensão denunciar os conflitos urbanos de forma a salvar o bairro das transformações futuras, mas propor um olhar capaz de agir na conformidade do processo, apropriando-se da zona de conflito dos elementos preexistentes, convertendo-os em uma zona de oportunidades a partir da proposição de elementos de contraste na paisagem, capazes de desencadear novas reações e transformações ao longo do tempo e que operam simultaneamente nos campos simbólicos e do desenvolvimento sustentável.

Lefebvre (1971) propõe a classificação dos bairros em três tipologias, a partir do processo de inventário e comparação: os que se mantêm, os que se consolidam e os que desaparecem. Sua proposta ainda vai além, reforça o entendimento dessas classificações em articulação com seu meio circundante inserido na cidade, já que apesar do bairro ser entendido como uma centralidade completa, ele depende de conexões com a escala da cidade para funcionar. Essa classificação, quando associada à análise das tendências de



crescimento urbano, seja por serviços, indústria ou entraves políticos, suscita a hipótese de que a dificuldade de reconhecimento do território do Cursino esteja relacionada à sua inserção em um processo de urbanização que, ao menos até o momento, não se vincula a vetores econômicos de grande impacto, mantendo-se predominantemente como área residencial. Paradoxalmente, essa característica contribui para a forte riqueza de sua identidade cultural.

As análises realizadas indicam que o Cursino se manteve e se consolidou na paisagem, mas sua contínua transformação desenfreada, pode resultar em seu desaparecimento de como conhecemos hoje. Justamente por esse motivo, esse estudo centrado na análise da consolidação e transformação do território assume relevante importância como peça de registro para a cidade. Essas transformações acarretam mudanças não só na paisagem, mas na rede de sociabilidade, seja no cruel processo de gentrificação e expulsão dos moradores mais antigos, seja na mudança de um bairro residencial horizontal calmo, que resiste ao mar de concreto da cidade. Os empreendimentos verticais, monofuncionais, murados, sem relação com a cidade não se apresentam como uma solução qualificada do viver na contemporaneidade, sobretudo, nesses bairros que são verdadeiros vestígios vivos do que foi, e de certa forma ainda é, morar em um bairro residencial que dialoga fortemente com a escala do pedestre e o senso de pertencimento.

A partir das entrevistas realizadas, foi possível compreender de modo mais aprofundado a fragilidade da identificação toponímica do Cursino, frequentemente referenciado por meio dos bairros adjacentes. Tal fenômeno parece estar associado ao processo consolidado de centralidade urbana nos bairros do Ipiranga e da Vila Mariana, que exercem forte influência sobre a leitura territorial da região.

Diante dos novos desdobramentos do território do Cursino, emergem importantes questões para reflexão: quais novas espacialidades serão produzidas na paisagem a partir do atual modelo de transformação? De que modo essas mudanças impactarão as relações de identidade, pertencimento e apropriação do espaço? O bairro manterá seu caráter predominantemente residencial? Como se dará o processo de revalorização, seja simbólica, social ou imobiliária, desse território no contexto da cidade? Tais questões permanecem em aberto e se colocam como vetores fundamentais para investigações futuras, reforçando a relevância do Cursino como campo de estudo para a compreensão das dinâmicas contemporâneas na paisagem urbana paulistana.

6 AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

7 REFERÊNCIAS

BARROS, Sandra Augusta Leão. A escala bairro e o conceito de lugar urbano: o caso de apipucos e poço da panela no Recife. **PosFAUUSP**, São Paulo, Brasil, n. 15, p. 56–74, 2004. DOI: 10.11606/issn.2317-2762.v0i15p56-74. Disponível em: <https://revistas.usp.br/posfau/article/view/43372>. Acesso em: 3 dez. 2025.

BONDUKI, N. G. **Os Pioneiros da Habitação Social** - Inventário da Produção Pública no Brasil entre 1930 e 1964. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

CAZZOLATO, José D. **Os bairros como instância territorial local** – contribuição metodológica para o caso de São Paulo. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

FREITAS, Juliana; FRANCO, Maria. O ressurgimento dos Pirarungáua: Caminhos e Descaminhos das Águas Urbanas. **LABVERDE**, São Paulo, v.9, n.2, p. 129-152, maio. 2019.

LARA, Fernão Lopes Ginez. **Modernização e desenvolvimento: formação das primeiras favelas de São Paulo e a favela do Vergueiro**. Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

LEFEBVRE, Henri. Barrio y vida de barrio. In: **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Ediciones. Península, 1971.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. 3. Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

MASCARÓ, Juan Luis. **Loteamentos Urbanos**. Porto Alegre: L, Mascaró, 2003.

ROSSI, Aldo. et al. **A arquitetura da Cidade**. 2 ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011.

SANTANA, Danielle Cristina Dias. Patrimônio, Paisagem e Território nos Planos Diretores: O território de Interesse da Cultura e da Paisagem no Plano Diretor Estratégico de São Paulo (2014). **ANAI ENANPUR XVIII**. Natal, 2019.

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. (12-73) In: CORREA, R.L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016. **Disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo, de acordo com a Lei nº 16.050**, de 31 de julho de 2014 - Plano Diretor Estratégico (PDE), e legislação correlata. In: SÃO PAULO (Município). Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, 23 mar. 2016. p. 1-68. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16402-de-22-de-marco-de-2016>. Acesso em: 3 dez. 2025.

SCIFONI, Simone. Paisagem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

SOLER, André; SANTOS, Fernanda. Multiescalaridade Urbana: Questões de escala nos estudos e políticas urbanas. **Anais XVIII ENANPUR**. Natal, mai. 2019.

URBANSUS – SUSTENTABILIDADE URBANA. Gestão de Bacias Hidrográficas e Sustentabilidade. **Seminário** – Instituto de Estudos Avançados da Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.